



PROPOSTA CURRICULAR

DO ESTADO DE SÃO PAULO

FILOSOFIA



**PROPOSTA
CURRICULAR**
DO ESTADO DE SÃO PAULO

FILLOSOFIA
ENSINO MÉDIO

Proposta Curricular para a disciplina de Filosofia

Ensino Médio

Filosofia e Cultura

No senso comum, filosofar é tirar os pés do chão e ficar em devaneios em cima das nuvens. Essa imagem do pensador com olhar e mente distantes, flutuando sobre os mortais, foi criada com a ajuda dos próprios filósofos e professores de Filosofia, durante anos especializados numa espécie de trava-línguas do pensamento e alheios às demais manifestações e dimensões da Cultura. Por isso, considerando que o ensino de Filosofia no nível médio foi restabelecido de forma legal, parece interessante perguntar como o professor da Filosofia vê sua presença no universo escolar. Qual o papel, ou papéis, que ele pode e deve desempenhar? Qual a função do ensino de Filosofia nos atuais formatos curriculares, assentados especialmente no desenvolvimento de competências e habilidades?

Em primeiro lugar, o retorno da Filosofia ao Ensino Médio deve ser entendido como o reconhecimento da importância desta disciplina para ampliar o significado e os objetivos sociais e culturais da Educação. Para tanto, é imprescindível a presença, nos programas escolares, de disciplinas que – como a Filosofia – propõem reflexões que permitem compreender melhor as relações histórico-

sociais e, ao mesmo tempo, inserir o educando no universo subjetivo das representações simbólicas, elevando a Educação a um nível político-existencial, capaz de superar a mera transmissão e aquisição de conteúdos, feitas de modo mecânico e inconsciente.

Quem pode discordar, por exemplo, de que já está mais do que na hora de levar os debates sobre ética para fora das aulas e seminários especializados, escondidos nas universidades e produzidos para meia dúzia de especialistas de fala incompreensível? Do mesmo modo, por maior que seja a capacidade que os meios de comunicação têm de influenciar a opinião pública, exercitando positivamente seu direito de denúncia social, nenhum educador imagina transferir à mídia a responsabilidade pelo estabelecimento de valores éticos para formação de crianças e adolescentes.

A questão se torna ainda mais difícil quando se atribui à escola a função de formar cidadãos capazes de interferir, de maneira consciente, no contexto social de que fazem parte. A condição de cidadania não se materializa com o uso de símbolos exteriores, aplicados após a memorização de umas poucas sentenças, mais decoradas do que

compreendidas, como se fosse um crachá de identificação que diferenciasse seu portador das demais pessoas que compõem a sociedade. Além disso, é importante lembrar que, para a aquisição dos valores da cidadania, são decisivas as influências que o aluno armazena dos ambientes sociais que frequenta, em especial a família. É claro que o professor de Filosofia, assim como os demais, deve participar ativamente do processo de percepção e formação desses valores, mas isso não significa que ele deva abdicar das funções de docência, deixando de produzir conhecimento sobre sua disciplina.

Essa produção de conhecimento pode ser fortemente dinamizada, se o professor de Filosofia promover o debate interdisciplinar. Assim, por exemplo, de um lado discussões escolares sobre violência urbana ou racismo poderiam ser melhor desenvolvidas pelos professores de Sociologia ou História, a partir de um diálogo com o professor de Filosofia. De outro lado, a intermediação da Filosofia poderia ampliar a compreensão de questões como desmatamento ou engenharia genética, trabalhadas nas aulas de Geografia e Biologia, e assim por diante. As combinações são ilimitadas, permitindo um saudável intercâmbio de idéias, com benefícios para alunos e professores.

Entretanto, embora ainda sejam poucas as vozes questionadoras da importância

do ensino da Filosofia, os profissionais da Educação, em geral, e os da Filosofia, em particular, manifestam preocupação quanto a algumas questões fundamentais: “Como ensinar Filosofia?” ou: “Como formar professores para o ensino de Filosofia no ensino médio?”; “Será que os cursos superiores preparam, adequadamente, esses professores?”; “Qual a qualidade do material didático disponível?”; “Como despertar o interesse dos alunos e incentivá-los a pensar filosoficamente?”...

Como é do conhecimento de todos, nenhum desses problemas constitui duvidoso privilégio da Filosofia, podendo ser relacionados às demais disciplinas que compõem os programas de ensino no Brasil. Uma coisa parece, no entanto, certa: não irá muito longe o professor que encerrar um pensador numa espécie de caixa preta, tentando isolar seu pensamento, imaginando que a arquitetura do texto, por si só, poderá levar a qualquer forma de compreensão ou reflexão. Não podemos considerar a hipótese de que o educando terá uma boa formação apenas por conseguir compreender as estruturas do pensamento de um filósofo, isolado em um planeta imaginário onde tempo e história não coabitem. Isso porque o uso de ou o recurso a um *pensador*, sem a preocupação de *fazer pensar* o seu leitor contemporâneo, é um exercício inútil. É como deixar de viver e evitar todos os riscos que a vida implica, para durar mais...

Além disso – considerando que as manifestações do pensamento devem ser analisadas em sua historicidade –, a própria análise de um texto filosófico precisa ser historicizada e posta em relação com outras disciplinas. Desse modo, como já foi lembrado, a Filosofia pode assumir uma de suas principais funções, a de ser uma ferramenta conceitual, produtora de síntese, com o que animaria o debate multidisciplinar, elevando os padrões do Ensino Médio.

Aqui, é importante considerar a trajetória percorrida pela Filosofia na história da educação brasileira. Os jovens que freqüentam hoje os cursos superiores de Filosofia talvez não saibam que, durante décadas – desde sua *aparição* em nosso mundo escolar, há cerca de oitenta anos –, seus conteúdos espremiavam-se, maltratados ora pelo discurso teológico, ora pela verborragia intraduzível que saía dos moinhos de palavras de alguns especialistas. Estes conteúdos mais pareciam raciocínios emanados de seres supremos, cujos códigos de acesso poderiam ser decifrados graças à mecânica das palavras, dispensando maiores complicações de pensamento.

Recentemente, entretanto, após a instalação dos cursos de pós-graduação (final da década de 1960 e início da seguinte), a Filosofia consolidou-se nos ambientes universitários, aumentando sua visibilidade pública, tanto pelos espaços culturais ocupados pelos profissionais da área como por sua presença

nos embates políticos que levaram à superação do regime autoritário instalado no país. As vozes dos filósofos, além de serem ouvidas, puderam, enfim, ser entendidas e, junto com as falas de outros representantes do universo cultural e político brasileiro, mostravam-se mais preocupados com o restabelecimento da democracia no Brasil, do que com o sentido filosófico da cidadania clássica da Grécia antiga. Desde essa época, a solidão contemplativa a que se restringia o estereótipo do filósofo foi recolhida para o espaço da anedota e ele deixou a caverna para ganhar o espaço da Cidade.

Essas considerações não devem ser entendidas como uma avaliação depreciativa da História da Filosofia, pois ela foi, é e será sempre fundamental para o estudo da Filosofia. Aqui, o que se considera é que, a despeito de sua importância, a História da Filosofia não deve constituir a principal orientação para o ensino da disciplina na escola pública, pois é com o olhar voltado para o mundo que se aprende a pensar filosoficamente – muitas vezes, recolhendo material nas ruas que o aluno percorre para chegar à escola. Um jornalista, por exemplo, realiza entrevistas com crianças que vivem no tráfico ou na prostituição e encerra aí o seu trabalho; mas certamente a compreensão da questão poderá ser mais bem sintetizada, a partir de seus fundamentos, pelo professor de Filosofia. Caberá a ele valer-se de sua formação para orientar

debates em sala de aula, usando aí os elementos que conformam sua erudição.

Finalmente, também quanto à formação oferecida pelas universidades, a Filosofia se aproxima de suas parceiras curriculares, já que as questões relativas ao ensino têm pouco espaço no universo acadêmico. Além disso, é preciso considerar que a formação oferecida nos cursos superiores de Filosofia, públicos ou privados, é orientada, em geral, para especializações rigorosas, pouco ou nada voltadas para o ensino.

A solução para superar as conseqüências desse perfil de formação consiste na adoção, pelo docente, de um compromisso com a pesquisa constante. Cabe a ele, principalmente, a responsabilidade de procurar

seus próprios caminhos, aplicando a seu modo as sugestões contidas nestes cadernos. Contudo, deve ser dito que, seja qual for o percurso adotado pelo docente, os resultados dependerão, sempre, da prática cotidiana da leitura. Muitas vezes, o docente desanima, ao constatar que “os alunos não lêem”.

Entretanto, como responderiam os próprios professores sobre seus hábitos de leitura e quais procedimentos adotam para incentivar os estudantes a lerem? Para entender a importância deste problema, compete ao docente avaliar, sempre, o significado que os hábitos de leitura tiveram – e devem continuar tendo – em sua formação, já que é daí que vem o principal recurso para transformar em Cultura qualquer proposta curricular.

Proposta Curricular do Estado de São Paulo para Filosofia

Ensino Médio

1ª série	
1º Bimestre	2º Bimestre
<ul style="list-style-type: none">• Por que estudar Filosofia?• Áreas da Filosofia	<ul style="list-style-type: none">• A Filosofia e outras formas de conhecimento: mito, senso comum, ideologia, religião, arte, ciência
3º Bimestre	4º Bimestre
<ul style="list-style-type: none">• Introdução à Política• Teorias do Estado – Socialismo, anarquismos, liberalismos, totalitarismos	<ul style="list-style-type: none">• Democracia e cidadania: origens, conceitos e dilemas• Ideologia

2ª série	
1º Bimestre	2º Bimestre
<ul style="list-style-type: none">• Introdução à Ética• Autonomia e liberdade	<ul style="list-style-type: none">• Formas contemporâneas de alienação moral: individualismo e condutas massificadas
3º Bimestre	4º Bimestre
<ul style="list-style-type: none">• Relações entre moral e política• Limites entre o público e o privado	<ul style="list-style-type: none">• Desafios éticos contemporâneos: a ciência e a condição humana• Introdução à Bioética